

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

ARAMAÇÃO DOS BÚZIOS

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo
Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento	21
2.10. Economia local	23
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais	26
2.13. Aspectos ambientais.....	27
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	31

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o **Ministério do Turismo (Mtur)**, o **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)** e a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, *Marketing* e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Armação dos Búzios foi realizada entre os dias 24 e 28 de junho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

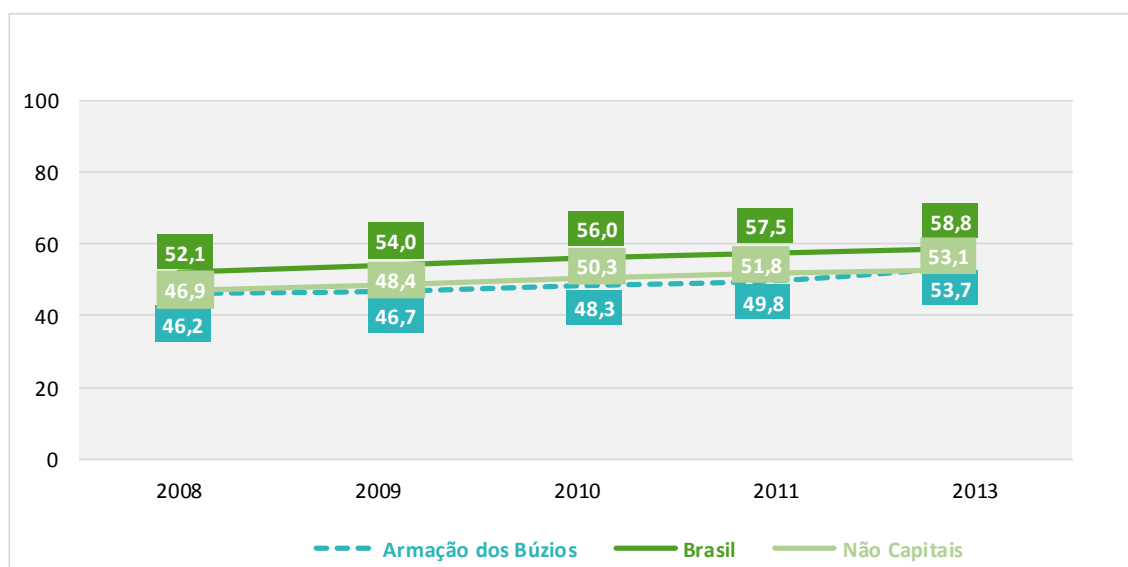
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 53,7 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (49,8):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013

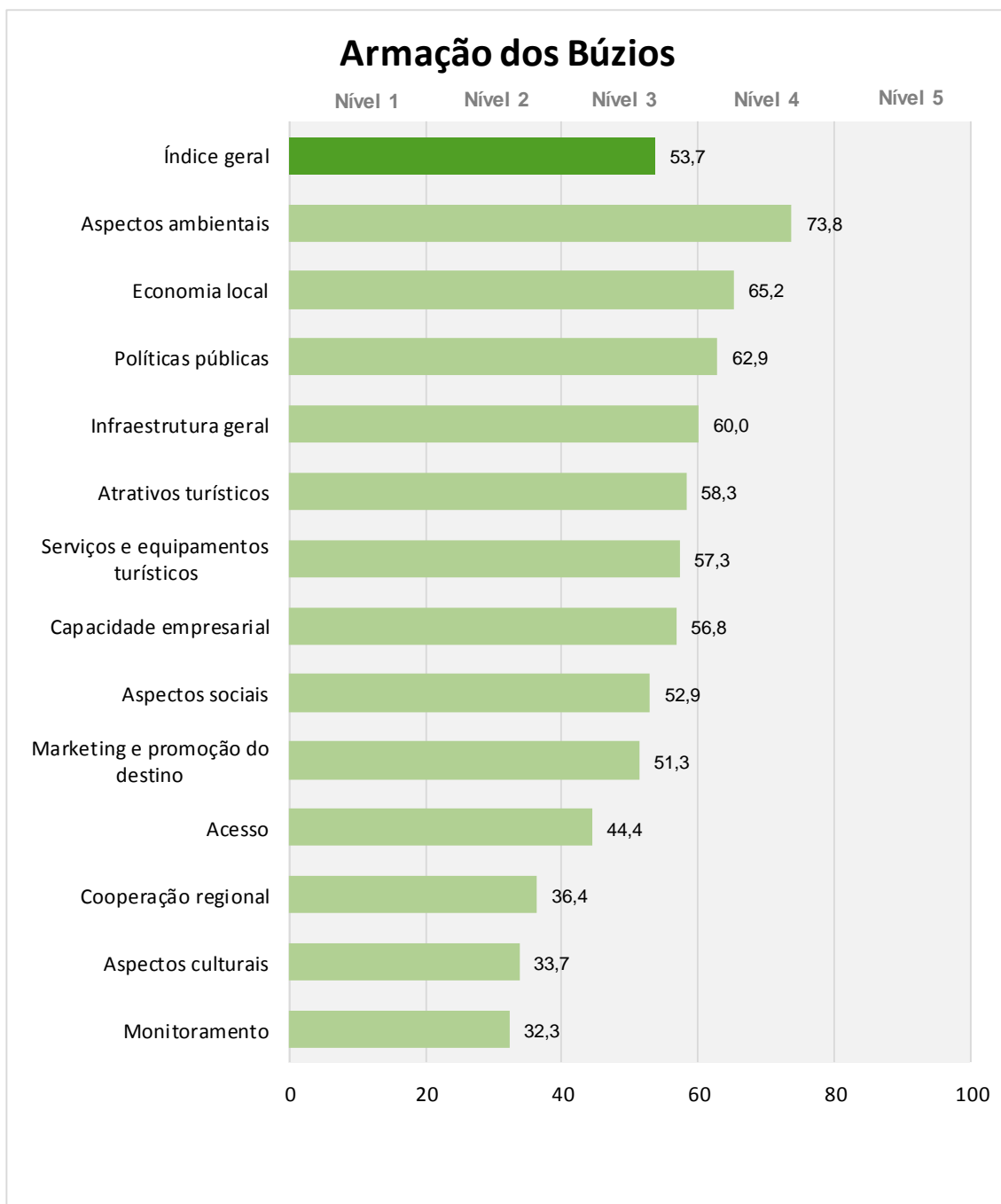


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos ambientais, Economia local e Políticas públicas, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Cooperação regional, Aspectos culturais e Monitoramento, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

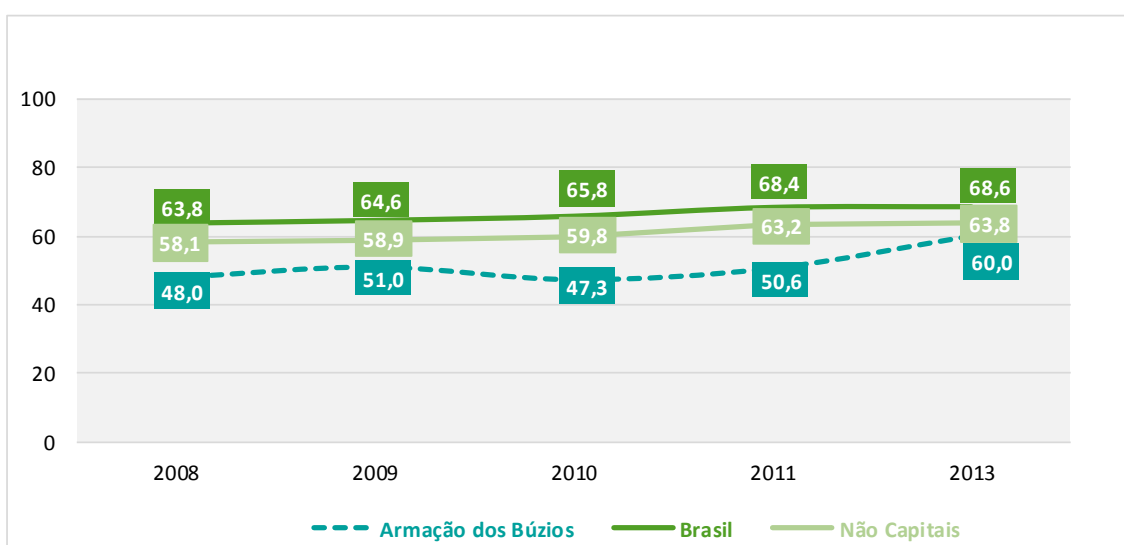


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Armação dos Búzios registrou 60,0 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, estrutura para pequenas cirurgias e cirurgias de emergência, setor de transfusão e laboratório de análise;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento – subdivisão de Cabo Frio;
- Existência de Defesa Civil no destino;

- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana – Secretaria de Serviços Públicos; e
- Disponibilidade banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Fornecimento descontínuo de energia elétrica no período de alta temporada devido ao aumento expressivo de usuários;
- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil; e
- Ausência de lixeiras e abrigos de ônibus suficientes no entorno das áreas turísticas.

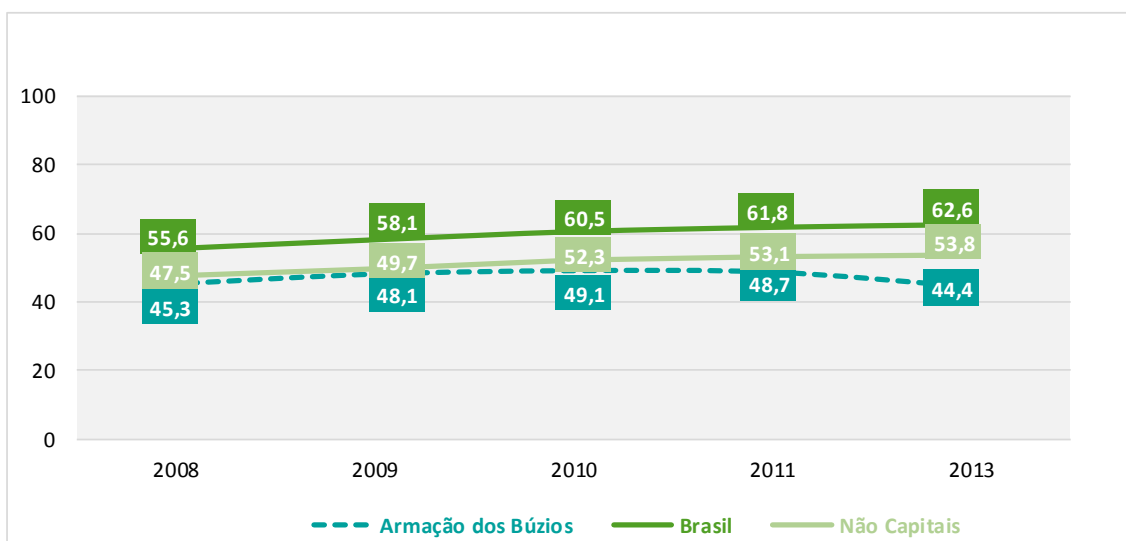
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em Acesso, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 44,4 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto em município limítrofe – Aeroporto Internacional de Cabo Frio, de administração particular;
- Aeroporto que atende ao município fora de seu território - Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Antônio Carlos Jobim, com centro de atendimento ao turista (CAT), restaurantes e lanchonetes, locadoras de veículos, serviço de câmbio, departamento médico, serviço bancário e serviço de ouvidoria;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – ônibus executivo, ônibus convencional, táxi convencional, táxi especial, conforme visita técnica;
- Terminal aquaviário particular e píer público que atende ao município e pelo qual embarcam e desembarcam turistas; e
- Terminal aquaviário particular com estrutura física para o atendimento ao fluxo turístico.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

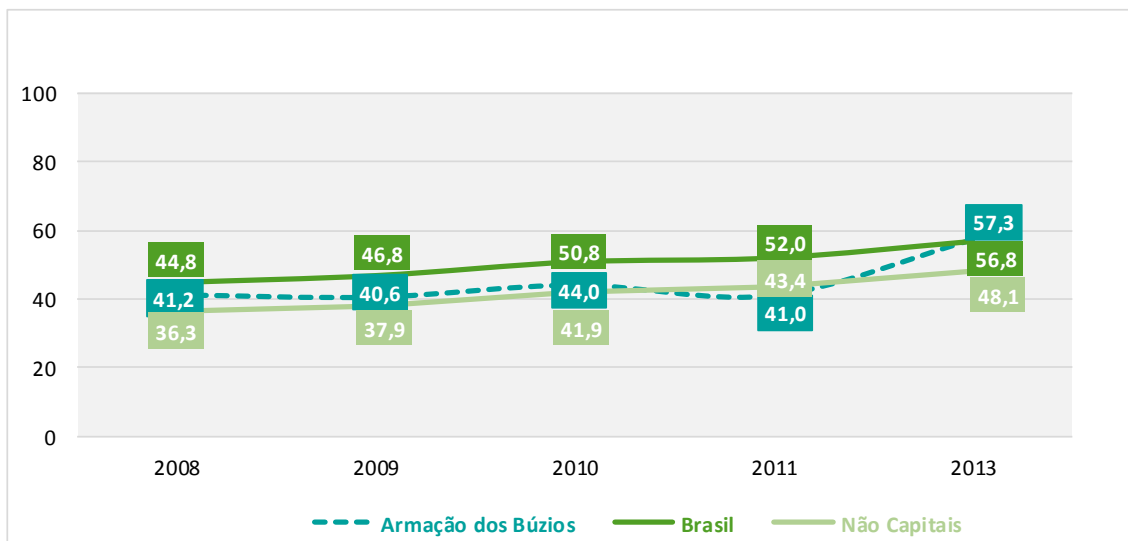
- Inexistência de serviços no terminal aeroportuário do destino – Aeroporto Internacional de Cabo Frio - conforme constatado em visita técnica, tais como: centro de atendimento ao turista (CAT), lojas, serviço de câmbio, sinalização interna em idioma estrangeiro e serviço de ouvidoria;
- Carência de transporte público para os que embarcam ou desembarcam no terminal aeroportuário que atende ao destino;
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino – Aeroporto Internacional de Cabo Frio - e seus principais centros emissores de turistas nacionais e internacionais;
- Inexistência de terminal rodoviário no destino, apesar da presença de linhas regulares de transporte intermunicipal;
- Existência de congestionamentos no destino, principalmente na alta temporada;
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas; e
- Inexistência de linhas de transporte urbano que atendam às principais atrações turísticas;

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 57,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária em parte dos atrativos turísticos;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos, e disponível também em idioma estrangeiro;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino e que oferecem diversos serviços, como: contato de operadoras, guias, meios de hospedagem; profissionais que fornecem informações sobre o destino; *display* com mapa informativo e terminal para consulta *on line*;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – espaços multifuncionais, salas modulares, espaços em hotéis de pequeno, médio e grande porte;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do **MTur**;
- Existência de organização representativa de guias;
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres e técnicos para capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como:

turismo, agenciamento, hotelaria, guia de turismo, camareira, garçom, barmen, *sushiman*, governança, entre outros; e

- O fato de os restaurantes estarem orientados quanto à manipulação e preparo com higiene dos alimentos oferecidos através da vigilância sanitária municipal.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

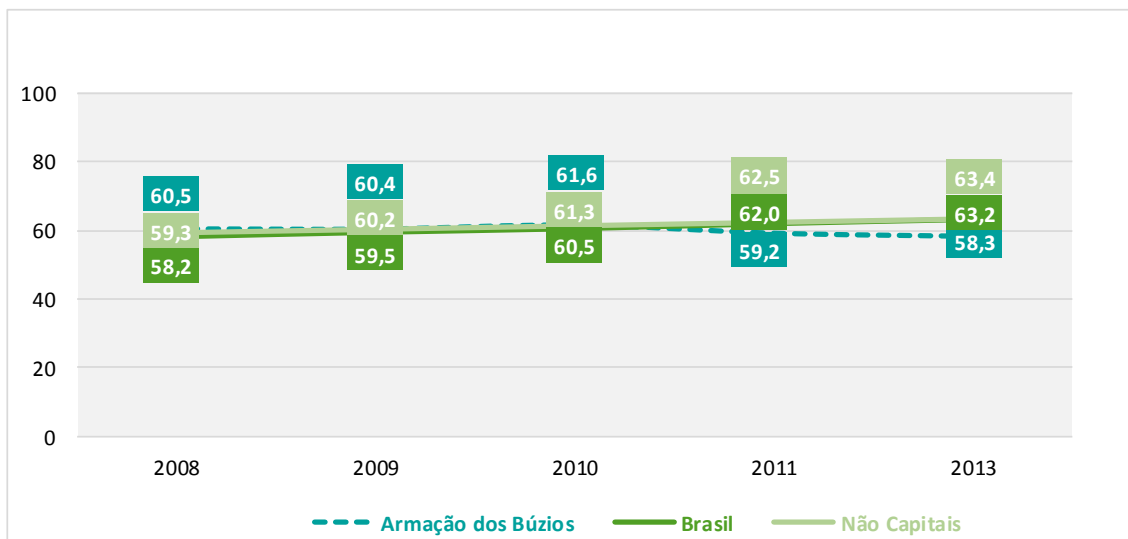
- Cobertura da sinalização turística viária e o estado de conservação da sinalização turística viária constatado durante visita técnica ao município;
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Estado de conservação da sinalização turística descritiva dos atrativos, que estão precisando de intervenções;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Dificuldade de acesso à internet nas unidades habitacionais da maioria dos meios de hospedagem por parte dos usuários; e
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 58,3 nessa dimensão em 2013, um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4, acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Praia de Geribá, Praia de João Fernandes e Praia da Azeda e Azedinha;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Praia de Geribá –, conforme observado em visita técnica;
- Construção de estrutura física para os banhistas no canto esquerdo de Geribá: quiosques padronizados, escada, banheiros públicos adaptados para deficientes e rampa de acesso;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Orla Bardot, Rua das Pedras e Praça Santos Dumont;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Festival Gastronômico, Festival de Cinema e a Festa da Cidade; e
- Existência de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a Ponta da Lagoinha, principal atrativo indicado nesta categoria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

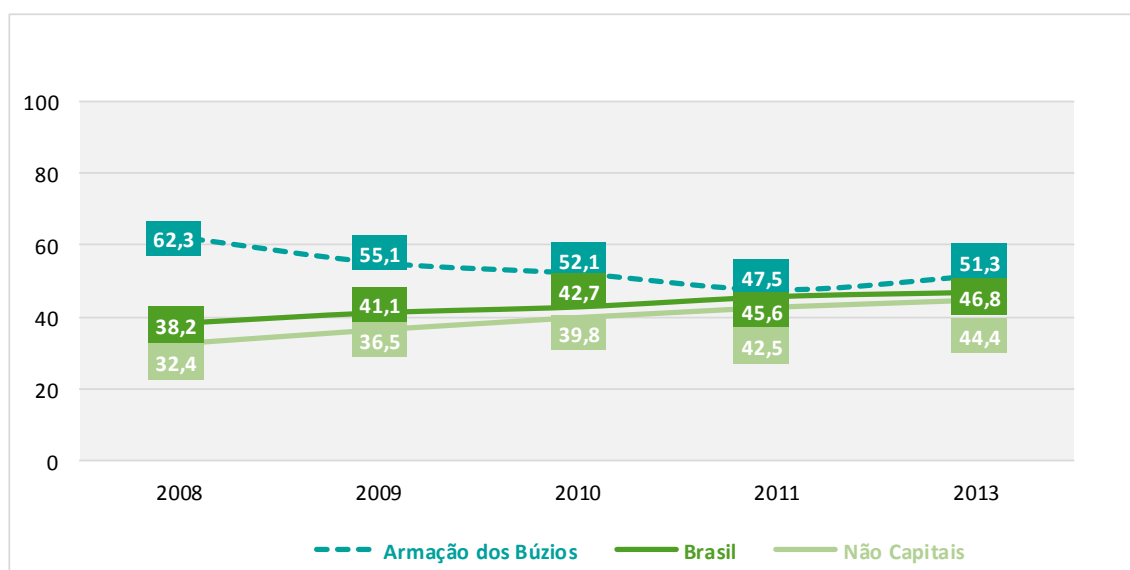
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos e carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado – Orla Bardot e ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural; e
- Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 51,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices *Marketing* e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de relacionamentos estabelecidos.
- O destino turístico produziu, nos últimos 5 anos, evento próprio para se promover fora de seu território: workshop com operadores e agências de turismo no Chile em 2013;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, como folhetos, manuais e mapas;
- Existência de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente de maneira impressa e online;
- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço www.buzios.rj.gov.br; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.visitebuzios.com.br, também em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de *marketing* formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não existe plano similar de *marketing* regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- Não participação em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo);

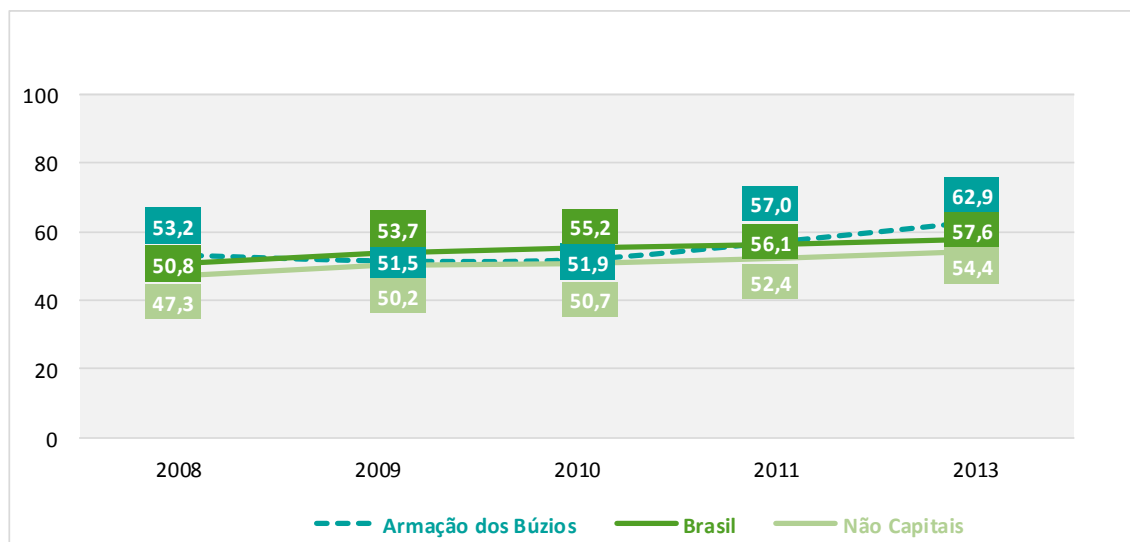
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações na página promocional de turismo do destino que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 62,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4(nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de uma secretaria municipal com a atribuição exclusiva de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo;
- A Secretaria de Turismo desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, o Projeto ConheSer com a Secretaria de Educação;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo; e
- Execução de ações ou projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior; treinamento para profissionais do trade, incremento da imagem do destino, proteção ao meio ambiente e participação em feiras e eventos de turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

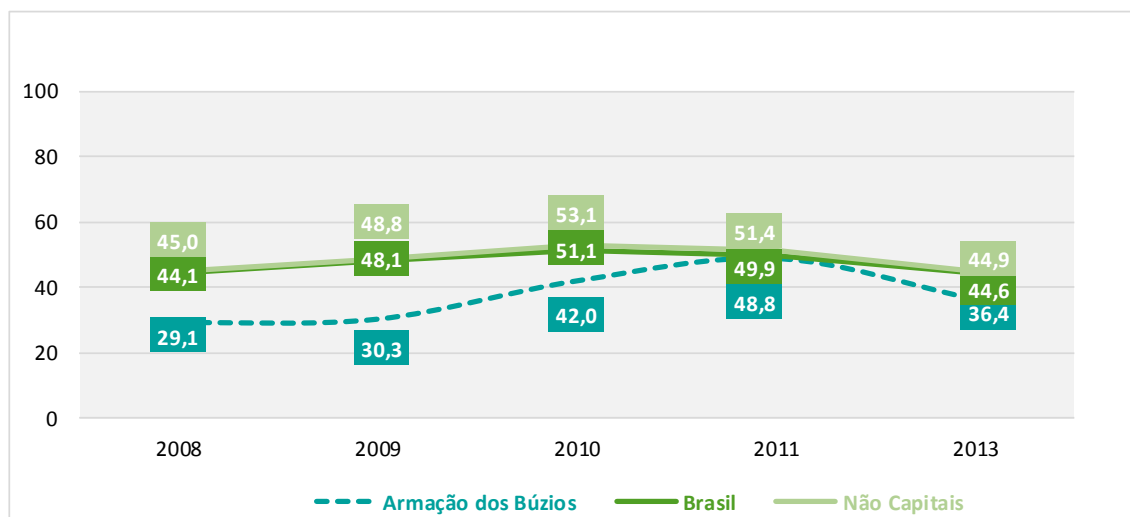
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- A instância de governança municipal, atualmente o Grupo Gestor, está inativo;
- O destino não registrou, no ano anterior, investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo; e
- Armação dos Búzios não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 36,4 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional - Conselho de Turismo da Região da Costa do Sol do Estado do RJ – que está formalmente constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação;
- Existência de projeto de cooperação regional compartilhado entre o município avaliado e outros destinos da região Costa do Sol, chamado Projeto Serra Mar;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística Costa do Sol: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Litoral; e

- O destino integra roteiro regional, Serra Mar, comercializado por operadores e/ou agências locais e elaborado com a participação de atores do *trade* turístico.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

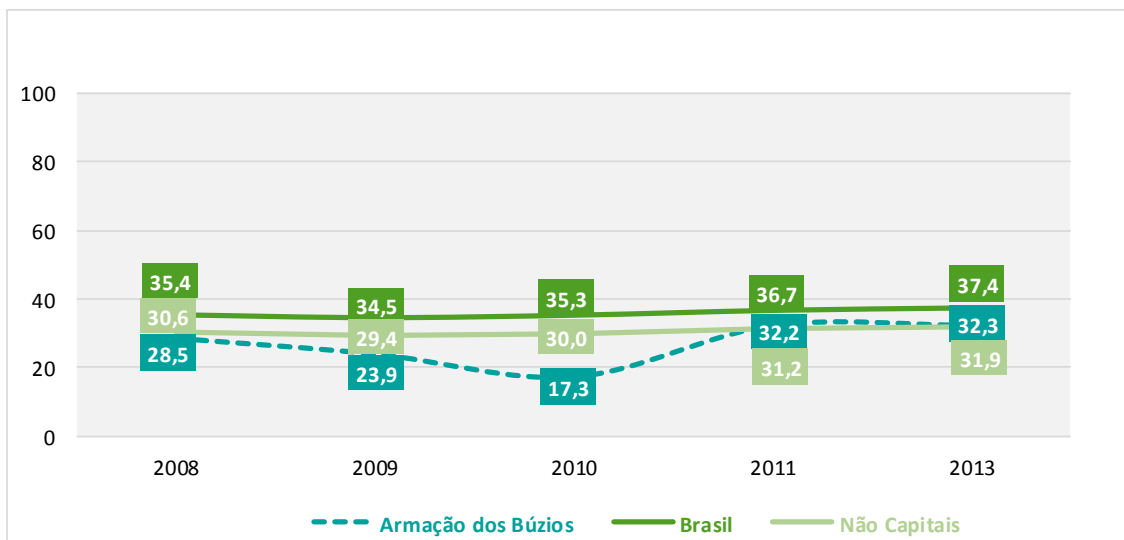
- A instância de governança regional - Conselho de Turismo da Região da Costa do Sol do Estado do RJ – não conta com a participação ativa de variados atores do segmento turístico e não mantém reuniões periódicas desde 2011;
- A instância de governança regional não conta com recurso próprio nem dispõe de suporte para a condução de suas atividades;
- Não houve ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- Os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não foram elaborados com base em informações de um inventário ou cadastro da oferta turística, e não foi previsto o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração;
- Não houve realização de ações promocionais em parceria com outros destinos da mesma região;
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*; e
- O destino não produz/coproduz material promocional da região turística da qual faz parte.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 32,3 nessa dimensão em 2013 (nível 2), mantendo estabilidade ao índice obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, consolidada mensalmente, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino; e
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário Turístico – atualizada.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

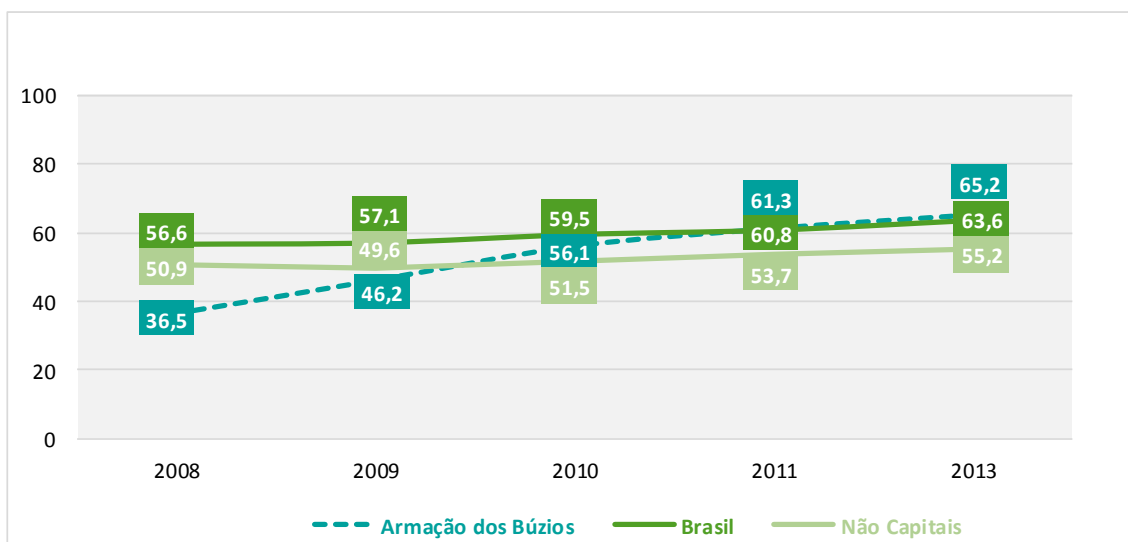
- Não aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento, políticas públicas, etc;
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais ou ambientais gerados pelo turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 65,2 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos – Cidade Digital;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;

- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, através da Secretaria de Fazenda e Sebrae; e
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau* exclusivo do destino – Búzios Convention & Visitors Bureau.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

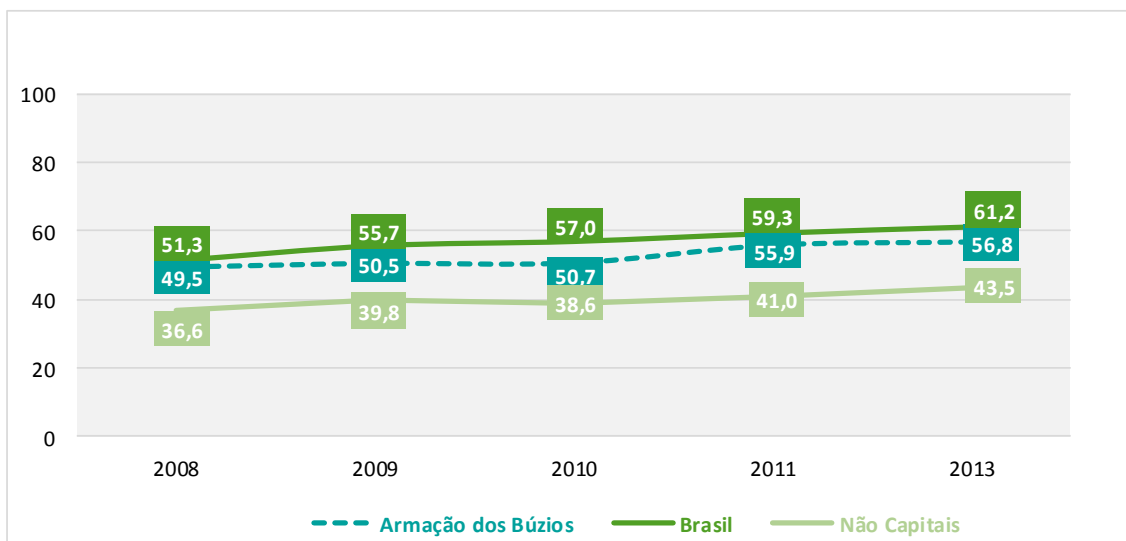
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo;
- Indisponibilidade de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 56,8 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em operações técnicas e serviços gerais em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem; e
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo local.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de instituições de ensino com programas regulares de formação de formação superior;
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos em hotelaria;

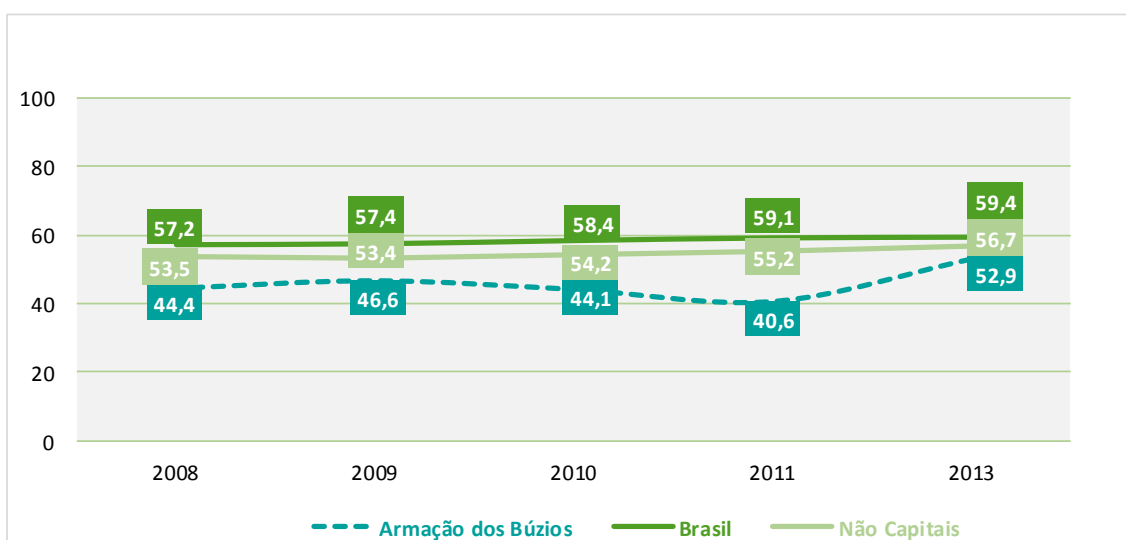
- Inexistência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentem o empreendedorismo como arranjos produtivos locais;
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de regularização fundiária e dificuldades para obtenção de licenciamento ambiental; e
- Inexistência de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 52,9 (nível 3) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal envolvendo comunidade, escolas, trade turístico e Secretaria de Ação Social;
- A população local faz uso dos equipamentos e atrativos turísticos; e
- A sociedade civil se envolve com frequência nos projetos voltados para a atividade turística através de ONGs, associações de classe, sindicatos, entre outros.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

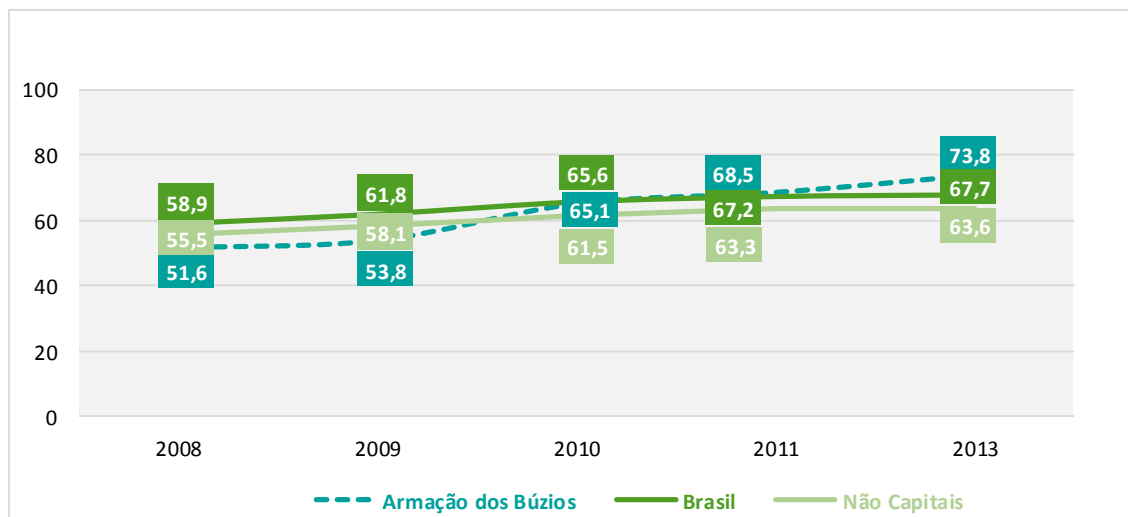
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, e sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e meio ambiente; e
- A população não é consultada sobre atividades ou projetos turísticos, seja por meio do conselho municipal de turismo ou de audiência pública.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 73,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente- Secretaria de Meio Ambiente e Pesca;
- Existência de um Código Ambiental Municipal - contra o qual não há ação judicial pública – e Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- Rede pública de distribuição de água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto em alguns trechos;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – Área de Preservação Ambiental Marinha de Búzios -, com conselho gestor ativo; e

- Ausência de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

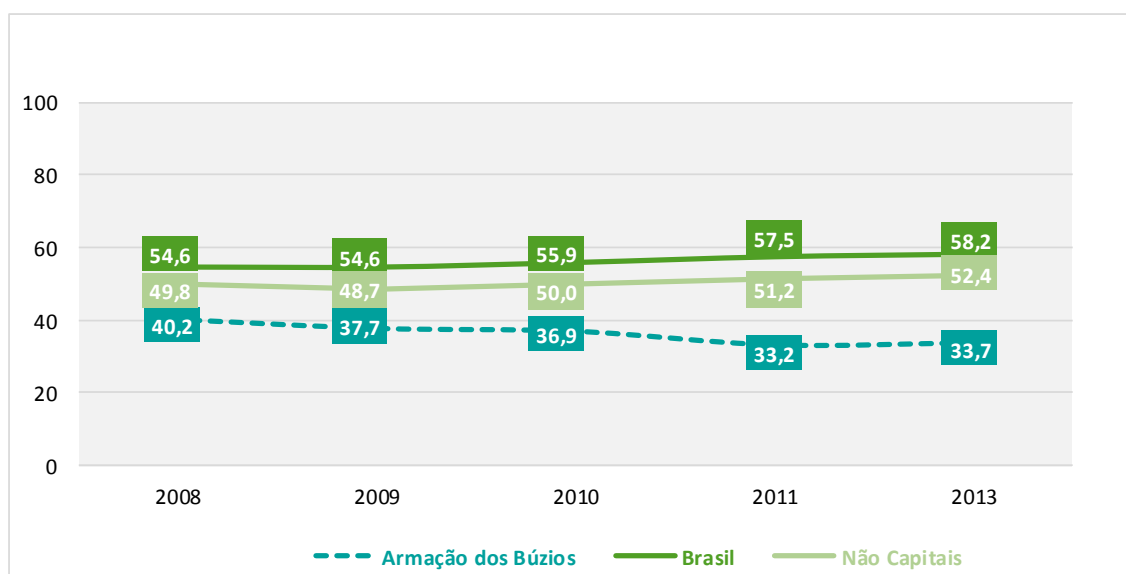
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Baixo índice de cobertura da rede pública de esgoto;
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Ausência de plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada – Área de Preservação Ambiental Marinha de Búzios.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 33,7 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Manifestações religiosas no destino – Festa de São Pedro, Festa de Santana, Festa de Santa Rita – que atraem fluxo turístico;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal – comunidades quilombolas da Rasa e Maria Joaquina;
- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional: a trupe do circo e grupo de São Jorge;
- Existência de sítio arqueológico tombado ou registrado – Ponta da Lagoinha;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura; e
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural através do Projeto ConheSer, capacitando o trade sobre os patrimônios e monumentos históricos e culturais da cidade.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de atividade artesanal típica, culinária típica e de tradições culturais evidentes, que denotam a carência de produções culturais que, associadas ao turismo, poderiam fomentar o fluxo de visitantes para o município;
- Ausência de patrimônio imaterial registrado e ausência de patrimônio artístico tombado;
- Inexistência de bens tombados como patrimônio histórico, apenas protegidos a âmbito municipal;
- Inexistência de política municipal de cultura que poderia, entre outros, prever a manutenção de calendário de manifestações culturais no destino;
- Ausência de legislação municipal de cultura e de fundo municipal de cultura;
- O destino não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Armação dos Búzios, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Armação dos Búzios		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	48,3	49,8	53,7
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	47,3	50,6	60,0
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	49,1	48,7	44,4
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	44,0	41,0	57,3
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	61,6	59,2	58,3
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	52,1	47,5	51,3
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	51,9	57,0	62,9
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	42,0	48,8	36,4
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	17,3	32,2	32,3
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	56,1	61,3	65,2
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	50,7	55,9	56,8
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	44,1	40,6	52,9
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	65,1	68,5	73,8
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	36,9	33,2	33,7

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.